



VOTO ONLINE: disposição da comunidade da Universidade Federal do Tocantins em diferenciar suas práticas participativas

*Adriano Fraga Rodrigues Vital

**Marcelo de Souza Cleto

* Mestre em Gestão de Políticas Públicas – GESPOL pela Universidade Federal do Tocantins – UFT (2018). Técnico administrativo da Universidade Federal do Tocantins (Campus Universitário de Gurupi – Tocantins – Brasil). adrianofrv@uft.edu.br

** Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2015). Professor Adjunto de Ciência Política no Bacharelado em Ciências Sociais (Campus Universitário de Porto Nacional – Tocantins – Brasil) e de Estado e Gestão Pública no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas - GESPOL da Universidade Federal do Tocantins - UFT. marceloscleto@uft.edu.br Grande do Sul. allebr@unijui.edu.br

RESUMO

Num período marcado pelas mudanças promovidas pelos avanços no meio técnico-científico-informacional, a Universidade atual também pode ser pensada como um local com potencial privilegiado para o debate, busca da inovação, uso da criatividade e construção de novos mecanismos participativos. E foi justamente neste período atual de crise na democracia, que a consulta eleitoral informal para Reitor da Universidade Federal do Tocantins – UFT, mandato 2017-2021, demonstrou o menor percentual de participação da história da instituição. Diante deste cenário, surgiu a questão posta neste trabalho: Um sistema de votação online seria capaz de ampliar a participação da comunidade acadêmica (professores, alunos e técnicos administrativos) na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT? Nessa perspectiva este estudo descritivo objetivou conhecer a disposição da comunidade acadêmica em diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online. A metodologia utilizada foi a análise quantitativa com dados oriundos da pesquisa de opinião. A pesquisa chegou à conclusão que de fato um sistema de votação online seria capaz de favorecer maior participação dos membros da comunidade universitária da instituição.

Palavras-chave: : Ciberdemocracia. Participação. Universidade Federal do Tocantins. Pesquisa Eleitoral. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Period marked by changes promoted by advances in the technical-scientific-informational ambience, the present University can be considered a place with privileged potential for discussion, research for innovation, use of creativity and construction of new participatory mechanisms. In this current period of crisis at democracy, the informal electoral consultation for Rector at the Universidade Federal do Tocantins, mandate (2017-2021), showed the lowest participation percentage in the institution's history. In view of this scenario, the question putted in this paper: Would online voting system be able to enlarge the participation of the academic community (teachers, students and administrative technicians) in the electoral research for Rector and Vice-Rector of UFT? In this perspective, this descriptive study had objective to know the disposition of the academic community in to differentiate their participatory practices in a possible online voting system for electoral. The methodology used was quantitative analysis with data from the opinion research. The research concluded that an online voting system would be able to favor greater participation of members of the institution university community.

Keywords: Cyberdemocracy. Participation. Universidade Federal do Tocantins. Electoral Research. Public Policy.

RESUMEN

En un período marcado por los cambios promovidos por los avances en el medio técnico-científico-informacional, la Universidad actual también puede ser pensada como un lugar con potencial privilegiado para el debate, búsqueda de la innovación, uso de la creatividad y construcción de nuevos mecanismos participativos. Y fue justamente en este período actual de crisis en la democracia, que la consulta electoral informal para el Rector de la Universidad Federal de Tocantins – UFT, mandato 2017-2021, demostró el menor porcentaje de participación de la historia de la institución. En este contexto, surgió la cuestión planteada en este trabajo: Un sistema de votación en línea sería capaz de ampliar la participación de la comunidad académica (profesores, alumnos y técnicos administrativos) en la encuesta electoral para Rector y Vicerrector de la UFT? En esta perspectiva este estudio descriptivo objetivó conocer la disposición de la comunidad académica en diferenciar sus prácticas participativas en un posible sistema de votación online. La metodología utilizada fue el análisis cuantitativo con datos oriundos de la encuesta de opinión. La investigación llegó a la conclusión de que de hecho un sistema de votación online sería capaz de favorecer una mayor participación de los miembros de la comunidad universitaria de la institución.

Palabras clave: Ciberdemocracia. Participación. Universidade Federal do Tocantins. Investigación Electoral. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa eleitoral à comunidade universitária promovida historicamente pelas categorias na Universidade Federal do Tocantins – UFT tem por finalidade verificar os nomes com maior representatividade para assumir os cargos de Reitor e Vice-Reitor da instituição de ensino superior.

Em seu pouco tempo de existência a UFT já passou por cinco processos eleitorais¹ para o preenchimento dos cargos máximos da Universidade. Nestes cinco pleitos ocorridos, dois foram realizados com urnas de lona e voto em cédulas de papel (2004 e 2008), e nas outras três vezes o processo eleitoral contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE-TO, que cedeu urnas eletrônicas (2012, 2016 e 2017).

No último pleito, realizado no dia 09 de junho de 2017, alguns números chamaram a atenção. Dos 841 técnicos administrativos, apenas 567 compareceram às urnas, representando apenas 67,42% da categoria. Do quadro docente, entre 1050 professores efetivos, a porcentagem de votos contabilizados foi ainda menor, comparecendo às urnas 606 votantes, ou seja, 57,71%. Entretanto, os números mais preocupantes referem-se à participação do corpo discente nesse processo eleitoral. Dos 18.642 discentes de graduação e pós-graduação matriculados aptos a votar, apenas 2.778 compareceram às ur-

¹ Para o conhecimento detalhado dos pleitos realizados na Universidade Federal do Tocantins, remetemos à dissertação de (VITAL, 2018), que está presente nas referências bibliográficas e é fonte desta divulgação científica.

nas, representando um universo de 14,9% dos estudantes (CEC 2017-2021, 2017).

A não participação de mais de dezesseis mil membros da comunidade universitária é um fato a ser questionado. O que não deu certo neste pleito? Promover um processo eleitoral numa universidade com mais de 20 mil pessoas aptas ao voto, distribuídas em sete câmpus de educação presencial e 19 polos EaD situados nas mais diversas microrregiões e pontos extremos em um estado com uma extensão de 277.620,914 km², faz pensar em toda a logística envolvida neste processo.

O deslocamento de pessoal da comissão eleitoral para cada um dos câmpus, a entrega e o retorno das urnas eletrônicas, custos com combustível e diárias, treinamentos dos integrantes das comissões setoriais no TRE, mobilização de um número considerável de mesários, torna o processo complexo e custoso, de tal modo que neste pleito, efetivamente a participação foi de apenas 19,24% da comunidade universitária.

Diante deste cenário, alternativas de deliberação com a utilização das tecnologias digitais, mais precisamente a internet, surgem para o revigoramento da democracia dentro das Universidades. Perante esta problemática, surgiu a questão posta neste trabalho: Um sistema de votação online seria capaz de favorecer a participação da comunidade acadêmica (professores, alunos e técnicos administrativos) na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT?

No contexto das novas transformações tecnológicas, as relações sociais

cibermediadas avançam cotidianamente sobre novos territórios da vida e tendem a caminhar lado a lado com o exercício participativo. Nessa perspectiva o estudo objetiva conhecer a disposição da comunidade acadêmica em diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral.

Além da introdução, este trabalho segue estruturado em cinco tópicos. No segundo e terceiro são dispostos a questão do voto pela internet e o debate teórico sobre o ambiente virtual como meio propício à participação. Em seguida, é apresentada a metodologia da pesquisa, que utilizou da análise quantitativa e da pesquisa de opinião. No item quinto, é apresentado os resultados e discussão acerca da disposição da comunidade universitária da UFT, no tópico final está posta as considerações finais.

2 VOTO PELA INTERNET

Com um simples computador pessoal ou um celular do tipo smartphone qualquer um pode: adquirir bens em seu país de origem ou importá-los; realizar transações financeiras; acompanhar as notícias do mundo; se comunicar com qualquer pessoa conectada no planeta; aprender novas línguas; estudar sobre qualquer tema; procurar emprego; e tantas outras possibilidades. Logo, segundo Esteve (2006), a participação política não pode – e não deve – permanecer isolada do desenvolvimento vertiginoso das tecnologias de informação e comunicação.

A rede se tornou um importante instrumento que pode garantir agilidade, economia e rapidez em processos democráticos. Dictson e Ray (2002, p. 84), destacam que pesquisas avançadas sobre as eleições via Internet estão se intensificando por parte dos governos e grupos de interesse que vêm se “frustrando diante da participação cada vez menor dos eleitores nas eleições”. Vale lembrar que em muitos países o voto não é obrigatório mesmo para os principais cargos eletivos existentes.

Votar é um mecanismo comumente utilizado em tomadas de decisões por governos e empresas (CABRAL, 2014). Monteiro et al. (2001, p. 64), 19 anos atrás, já afirmava que com a disseminação da Internet já havia surgido o “interesse de alargar o processo de votação, de maneira a que os utilizadores enviem o seu voto a partir de qualquer computador com acesso à Internet”. Em 2002, Araújo (2002) previa que a adoção do voto pela Internet por alguns países seria uma questão de tempo, principalmente entre os eleitores mais jovens.

Nas eleições locais da Estônia, em outubro de 2005, pela primeira vez no mundo ocorreu um pleito com a utilização da Internet em todo país: o eleitorado estoniano inteiro teve a possibilidade de votar via internet (MADISE; MARTENS, 2006). Já o Brasil é pioneiro em sistemas de votação eletrônica. A primeira votação por meio de urnas eletrônicas realizada no Brasil foi em 1996. Em 2000 as eleições foram totalmente informatizadas (BRASIL, 2010). Cabe lembrar que existem diferenças entre votação pela internet e a votação ele-

trônica ocorrida no Brasil para a escolha dos representantes.

O principal foco deste trabalho é o ato de votar pela Internet. Neste modelo de voto geralmente permite-se aos eleitores votarem a partir de qualquer computador ou dispositivo digital conectado à Internet, geralmente de casa ou do trabalho (QADAH; TAHA, 2007). Já a urna eletrônica brasileira é um dispositivo de votação da classe DRE, em que o voto é armazenado apenas digitalmente. Máquinas DRE tendem a coletar os votos por meio de interface com o eleitor, além de gravar, contar e gerar relatórios em mídia eletrônica e/ou impressa (DIAS, 2016).

Durante muitos anos, as eleições – principalmente as que não são de obrigatoriedade participação – sofreram a diminuição das taxas de participação devido a várias desvantagens: inconveniente da votação manual, a inexatidão na contagem de cédulas (em eleições com cédulas de papel), o anúncio tardio de resultados eleitorais (QADAH; TAHA, 2007); além do fato de se obrigar à presença física dos eleitores nos locais de voto num horário fixo, seria difícil dizer que o ritual de sair de casa e entrar na fila continue atraindo as pessoas para votar (DICTSON; RAY, 2002).

Dictson e Ray (2002) acreditam que vivemos numa sociedade de maior comodismo, e o fato de se obrigar a ida dos eleitores nos locais de votação num horário determinado tem levado à redução da taxa de participação, principalmente aos que possuem faixa etária entre 18 e 24 anos. Várias podem ser as barreiras para o não exercício da cidadania.

[...] Existem, sim, barreiras eleitorais numa época em que as pessoas possuem duas carreiras, as famílias só têm pai ou mãe, os engarrafamentos de trânsito são perpétuos, as demandas profissionais e pessoais sobre o tempo das pessoas são extremas e existem tantos outros obstáculos para o exercício do direito do voto (DICTSON; RAY, 2002, p. 90).

Como forma de superação do absenteísmo eleitoral e demais desvantagens, foram propostas técnicas de votação eletrônica com o uso de computadores ou equipamentos computadorizados. Com isto, surgem diversos benefícios, como apurações mais rápidas e eficientes (CABRAL, 2014; QADAH; TAHA, 2007; KRIMMER, 2006) facilidade na hora de enviar o voto (CABRAL, 2014; KRIMMER, 2006; DICTSON; RAY, 2002), eliminação da necessidade de deslocamento até a área de votação (CABRAL, 2014; DICTSON; RAY, 2002; ESPÍRITO SANTO, 2010), possibilidade de verificação do processo e redução dos custos (ARAÚJO, 2002; CABRAL, 2014; DICTSON; RAY, 2002).

Lévy (2003) e Espírito Santo (2010) também acreditam que com o voto pela Internet – voto de mobilidade – aumente a participação eleitoral dos indiferentes e permita uma votação mais fácil às pessoas com deficiência, em viagem, afastadas dos locais que costumam votar, também por motivo de emigração ou até mesmo expatriadas. Monteiro et al. (2001) e Dictson e Ray (2002) preveem que a votação pela internet maximizará a conveniência e

acesso dos eleitores. “Talvez o mais forte argumento em favor do voto via Internet seja o fator conveniência. A conveniência é um estímulo à participação, que conduzirá a um eleitorado mais forte” (DICTSON E RAY, 2002, p. 84). Sendo extremamente atrativo poder exercer este direito em qualquer local que tenha acesso à internet não somente nas eleições de representantes políticos, mas também na vontade do eleitor a respeito sobre os mais diferentes temas.

Não existirá nenhuma razão para não votar online para eleger os representantes nas instâncias legislativas, executivas e judiciárias dos governos. Podemos, por outro lado, imaginar que, na futura federação democrática planetária, grupos de cidadãos organizados em comunidades virtuais poderão propor referendos dos quais cada um poderá participar pela Internet (LEMONS; LÉVY, 2010, p. 149).

Além do temor que a mudança pode trazer em antigos interesses já enraizados, Dictson e Ray (2002) destacam que alguns críticos do voto via Internet dizem que desta forma o Estado estaria promovendo o voto para algumas pessoas em detrimento de outras visto que votar em casa ou no trabalho só é possível para quem tiver acesso a um computador e uma conexão com a Internet. Também não podemos esquecer das inúmeras pessoas que possuem dificuldades com as novas tecnologias, além dos que não sabem ler e escrever.

Apesar das eleições realizadas na Estônia terem sido com o eleitorado inteiro tendo a possibilidade de votar via internet,

havia a possibilidade do voto também ser realizado de modo presencial nos locais adequados de votação. Assim para chegarmos a este patamar democrático através das redes, todos devem ter acesso à Internet (um pouco utópico no momento), e também devem ser disponibilizados locais específicos para a prática do voto. Isso tudo deve ser pensado de acordo com o público alvo do pleito.

Dictson e Ray (2002, p. 87) acreditam que quando o voto pela Internet mostrar viabilidade e estiver amplamente disponibilizado por meio de dispositivos móveis conectados à rede, a “verdadeira eficiência da Internet neste processo historicamente segmentado e ineficiente será finalmente reconhecida”, visto que tem um potencial muito maior do que apenas o de servir como um folheto de informações para as pessoas (DICTSON; RAY, 2002).

Monnoyer-Smith (2006, p. 61) ressalta que a disponibilidade desses novos canais de mediação não precisa ser vista como “o desaparecimento de um ritual consagrado pelo tempo”, mas como um sinal de mudança na forma como os eleitores irão experimentar sua cidadania. A própria urna eletrônica brasileira, que hoje é familiar, trouxe, com sua implantação (e ainda traz), muita discussão e resistência.

No entanto, apesar de todas as dificuldades supracitadas, a maior barreira existente é a confiabilidade da Internet. Uma vez que a Internet é uma fonte aberta, ataques inesperados podem gerar grandes problemas (WU; SANKARANARAYANA, 2002). Madise e Martens (2006, p. 18) apontam que realmente o grande argumento contra o voto pela internet trata-se

da rede enquanto um ambiente inerentemente inseguro. Assim, vários ataques como “worms, vírus, espiões, spoofings, negação de serviços e outros” podem ser usados não só para comprometer os resultados da votação, mas como também para quebrar o anonimato do eleitor ou interromper as eleições. Para os autores, as vulnerabilidades por trás desses ataques decorrem principalmente das propriedades fundamentais da arquitetura da Internet e dos computadores pessoais atuais.

Entretanto, Braun e Brändli (2006) defendem que a votação eletrônica segura é viável e os ensaios-piloto já demonstraram isso. Assim, as medidas de segurança necessárias não podem ser desenvolvidas e implementadas de uma vez por todas. Os autores defendem que a segurança deve ser contínua para manter o controle de ameaças e riscos que também mudam continuamente. Logo, as medidas de segurança devem ser continuamente adaptadas e melhoradas contra as potenciais fontes de perigo. Não é à toa que comumente os programas antivírus instalados em nossos computadores pessoais solicitam atualização.

Diante de tantas questões que envolvem uma eleição, há também quem diga que recriar o complexo processo eleitoral num computador é um dos maiores desafios de programação e codificação (RICSTON; RAY, 2002, p. 88). Logo, a única maneira de aceitar essas inovações é provar que elas serão úteis para a participação do cidadão e, de forma mais específica, para a votação. (ESTEVE, 2006).

Qadah e Taha (2007) dividem os processos eleitorais em dois tipos prin-

cipais: políticos (por exemplo, eleições legislativas e municipais) e não políticos (por exemplo, eleição de um órgão de administração de estudantes dentro de uma universidade, eleição de associações comerciais, etc.). Entre as variadas diferenças destes dois tipos de eleição podemos destacar o risco de coerção entre os eleitores, havendo um aumento significativo da coerção nas eleições políticas.

Dictson e Ray (2002) afirmam que em eleições que os administradores eleitorais são mais conservadores, poderiam usar a tecnologia que a internet oferece a fim de modernizar os locais de votação tradicionais. A votação poderia acontecer em locais fixos de votação, mas usando a Internet como meio de comunicação. Assim, quando os funcionários do centro eleitoral identificarem o eleitor positivamente, a cédula eletrônica correta poderia ser entregue pela Internet diretamente na central eleitoral. Um terminal de votação então mostraria a cédula do eleitor e o voto seria lançado. Os autores acreditam que com este método haveria mais segurança, além de ser mais conveniente para o eleitor, tornando o sistema muito mais eficiente.

Entretanto, a discussão deste trabalho é sobre a implantação de um sistema de votação online em uma Universidade e não podemos pensar nestas instituições com pensamentos conservadores. Instituições de Ensino Superior historicamente são os locais de construção do conhecimento, pesquisa e inovação. Logo, mais do que a rapidez na apuração dos resultados, muitos votantes hoje em dia acreditam que a melhor consequência que a

revolução proporcionada pelo uso da Internet pode trazer aos pleitos trata-se do voto de mobilidade, ou seja, os eleitores terem a possibilidade de realizar seu voto de onde estiverem, desde que tenham acesso à internet.

Analisando algumas experiências e sistemas de votação online já ocorridas no âmbito universitário no país, identificamos que essa nova forma de votar está cada vez mais comum tanto para a escolha dos dirigentes máximos da instituição, como nos pleitos de diretórios acadêmicos organizados por discentes, de modo que três desses sistemas de votação online se destacam no cenário nacional: SAELE (CANTO; MACHADO, 2012), Helios Voting (ADIDA, 2008), e principalmente o SIGE-leiçãO (SANTOS; LINS; MADRUGA, 2017).

3 RUMO A CIBERDEMOCRACIA

O atual momento histórico constitui um período em que os objetos técnicos são intencionalmente informacionais, e os próprios lugares tendem a ser equipados com o intuito de facilitar o fluxo destas informações. Na medida em que o universo de relações sociais foi ampliado através da crescente utilização dos dispositivos conectados à rede, torna-se vital entender estas reconfigurações do espaço e seus impactos sociais, econômicos e políticos cibermediados.

A rápida evolução de certas tecnologias como a Internet não podia deixar de ter consequências políticas importantes para as sociedades, principalmente os cidadãos, cujas relações entre si, com

o Estado ou com diferentes grupos têm sido, nos últimos anos, profundamente alteradas por conta de todas as tecnologias, serviços e produtos que a rede pode oferecer (MORGADO; ROSAS, 2010).

Dussel (2007) afirma que a revolução eletrônica é equivalente à Revolução Industrial do século XVIII. A diferença é que a Revolução Industrial influenciou principalmente no processo da produção, enquanto que a revolução atual intervém também no processo de tomada de decisões políticas e de informação dos cidadãos. Assim, o maior processo de transformação social, político e econômico da sociedade atual se deu com a passagem do meio industrial para meio técnico científico informacional.

Uma vasta corrente de pensadores tem apontado o potencial das tecnologias digitais no revigoramento da democracia. Mendonça e Pereira (2011, p. 2) afirmam que “diante de um cenário de apatia e de forte cinismo em relação à política, tais tecnologias são vistas como possibilidades para a emergência de novas práticas e ações políticas”. Esses autores acreditam que a rede pode aproximar cidadãos e representantes políticos, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura cívica, gerando novas modalidades de participação.

Neves (2010) destaca que com o surgimento de wikis (caso da Wikipédia, a enciclopédia on-line que todos podem editar) e das redes sociais, já existe uma colaboração e interação que parece confirmar a potencialidade cívica da Internet, uma vez que permite a partilha e a ação coletiva. Gomes (2005a) acredita que a

internet oferece inúmeros meios para a expressão política que podem influenciar os agentes políticos. Por isso mesmo, tem nos seus dispositivos um repertório variado de instrumentos para que os cidadãos se tornem politicamente ativos.

No rol das vantagens políticas da internet, insiste-se com frequência nas novas possibilidades de expressão que permitem a um cidadão ou a um grupo da sociedade civil alcançar, sem maiores mediações institucionais, outros cidadãos, o que promoveria uma reestruturação, em larga escala, dos negócios públicos e conectaria governos e cidadãos (GOMES, 2005a, p. 220).

Para Lemos e Lévy (2010), o ciberespaço é político em sua essência. Assim, o futuro da Internet aponta para novas modalidades de livre expressão, de formas de compartilhamento de informação, de cooperação. O que se espera de fato são as mudanças da esfera política em direção a uma ciberdemocracia. Estes autores discutem a ciberdemocracia como um tipo de aprofundamento e de generalização das abordagens de uma livre diversidade em espaços abertos de comunicação e de cooperação. Bem antes, Lévy (2003) já havia tratado a ciberdemocracia como um esforço de pensar a dimensão política ou governamental da cibercultura.

A cada dia que passa, é perceptível na rede um crescimento gradual de intervenções individuais e coletivas de diversos grupos sociais em âmbito global. Participações potencializadas pelos avanços científicos e tecnológicos nas áreas da informação e da comunicação. Trata-

-se da utilização da internet e das novas tecnologias como meio de participação popular em prol das questões públicas.

Por detrás de grande parte da discussão levada a cabo, encontra-se um interesse muito concreto pelas novas práticas que emergem das infraestruturas tecnológicas proporcionadas pelos computadores em rede, associadas a um sem número de dispositivos de comunicação, organização, armazenamento e oferta de informações on-line – procurando, a partir daqui, pensar as renovadas possibilidades que se oferecem ao exercício de práticas cívicas, ao conceito de democracia e às próprias instituições políticas (FERREIRA, 2010, p. 101).

De acordo com Cleto (2019), as demandas políticas de amplos setores da sociedade estão convergindo na cobrança de uma maior participação nas decisões públicas. Assim, esses novos padrões de mudança da realidade exigem a inclusão de mecanismos de descentralização política. Diante da sobreposição tecnológica na vida contemporânea, tais ferramentas facilitam a fiscalização das atividades públicas por parte do cidadão.

Os avanços tecnológicos estão permitindo uma nova visão sobre a política e a democracia. Para Gomes (2005a), a democracia digital se apresenta como uma alternativa para a implantação de uma nova experiência democrática fundada numa nova noção de democracia. Uma oportunidade de superação das deficiências do atual momento da democracia re-

presentativa.

[...] faz ressurgir fortemente as esperanças de modelos alternativos de democracia, que implementem uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão. Estes modelos giram ao redor da ideia de democracia participativa e, nos últimos dez anos, na forma da democracia deliberativa, para a qual a internet é, decididamente, uma inspiração (GOMES, 2005a, p. 218).

Manifestações de democracia e cidadania no meio técnico científico informacional permitem muitos autores perspectivar uma sociedade civil organizada e ativa, em parceria com o poder público, em resposta às problemáticas comuns globais. Uma democracia digital deliberativa apoiada nos objetos técnicos intencionalmente informacionais que conectem entre si os cidadãos para lhes darem a possibilidade de intervir em decisões na esfera pública (GOMES, 2005a).

Gomes (2005b, p. 6) acredita que se as pessoas têm a “impressão de que a sua intervenção política pode fazer alguma diferença para conduzir nesta ou naquela direção a decisão acerca dos negócios públicos”, então provavelmente se sentirão obrigados a produzir cada vez mais intervenções, de forma cada vez mais qualificada. Para Lemos e Lévy (2010), com a Internet, a política torna-se um negócio doméstico numa sociedade cujos atores estão cada vez mais estreita-

mente entrelaçados.

No Brasil, a utilização das novas tecnologias com fins políticos por parte dos cidadãos se faz cada vez mais necessário neste período de crise da democracia representativa. Vivemos em um país de dimensões continentais. Na busca pela diminuição da distância entre governantes e governados, e a prestação de contas perante a sociedade, a rede torna-se um valioso recurso de intervenção do público na esfera da decisão política.

Há várias possibilidades de explorar o ciberespaço com a utilização de novas ferramentas tecnológicas que tornam mais rápidos e eficientes diversos processos. O uso da internet para difundir informações, organizar e mobilizar pessoas, debater, trocar experiências, renovar o pensamento político e tantas outras possibilidades, faz da rede um dos principais instrumentos de reorientação da democracia.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi análise quantitativa por meio da pesquisa de opinião, baseada na aplicação de questionários fechados padronizados. Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 62) tratam a pesquisa de opinião como uma forma de procurar “saber atitudes, pontos de vista e preferências das pessoas a respeito de algum assunto, com o objetivo de tomar decisões”. Portanto, as informações obtidas por meio do questionário permitiram observar tendências e interesses desta comunidade.

O questionário foi produzido por meio do Google Formulários, um serviço do site do Google para criação de formulários na WEB. O link gerado com as questões foi encaminhado para o e-mail institucional de todos os membros da comunidade universitária da UFT no dia 13 de agosto de 2018, por meio da Diretoria de Comunicação (DICOM).

Antes do envio do questionário, no dia 08 de agosto houve o envio de um e-mail convite à participação na pesquisa também por meio da DICOM. O motivo do envio deste convite foi avisar sobre a importância da pesquisa e preparar os membros da comunidade universitária para o recebimento do questionário, contribuindo para que o e-mail não fosse descartado tão facilmente pelas pessoas. Segue abaixo o quadro com os indicadores que foram analisados a partir dos dados coletados pelos questionários:

Quadro 01 – Dimensões e Indicadores do questionário padronizado fechado.

Dimensão	Indicador
Perfil	Idade
	Câmpus
	Categoria
Interesse	Interesse na Política Nacional
	Interesse na Política na UFT
Participação	Participação no último pleito
	Não participação no último pleito
	Participação pela Internet
Aprovação e Confiança	Aprovação no voto pela Internet
	Confiança no voto pela Internet

Fonte: Elaboração dos autores.

Em 23 de agosto foram contabilizados 1.177 questionários respondidos. Logo, a amostra adquirida através deste instrumento de coleta de dados pode ser considerada como aleatória simples. Segundo Barbetta (2012), para selecionar

uma amostra aleatória simples, é necessário ter uma lista completa dos elementos da população. Assim, este tipo de amostragem tem como propriedade qualquer subconjunto da população e incidir na mesma probabilidade de qualquer membro em fazer parte da amostra.

Ao utilizar uma calculadora amostral para um cálculo baseado na população total dos 22.532² membros da comunidade universitária (quantidade de membros no mês de aplicação do questionário, agosto de 2018), com um erro amostral de 3% e nível de confiança de 95%, chega-se à amostra necessária de aplicação de 1019 questionários. Portanto, 1.177 questionários respondidos pelas três categorias na Reitoria e nos sete câmpus da UFT, demonstra uma maior confiabilidade das conclusões obtidas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico é subdividido em quatro seções de acordo com as dimensões postas no quadro 01. Segue abaixo os resultados obtidos.

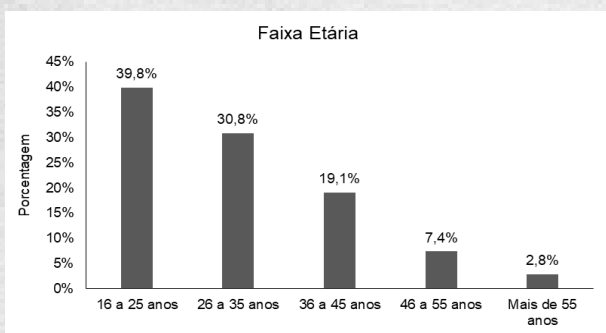
5.1 Perfil

Inicialmente se faz necessário apresentar o perfil dos participantes da pesquisa para se ter uma visão mais ampla ao

2 A comunidade universitária da UFT em agosto de 2018 era formada por 1069 docentes, 848 técnicos administrativos e 20.615 discentes. Dados dos servidores fornecidos pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – PROGEDEP, os dados dos discentes foram fornecidos pela Secretaria Acadêmica do Câmpus de Gurupi.

relacioná-los com outros indicadores posteriormente. O primeiro indicador do perfil analisado é a faixa etária dos respondentes. Os dados obtidos mostram que a maior parte da comunidade universitária da UFT é constituída de jovens entre 16 e 25 anos, e quanto maior a faixa etária, menor o número de membros.

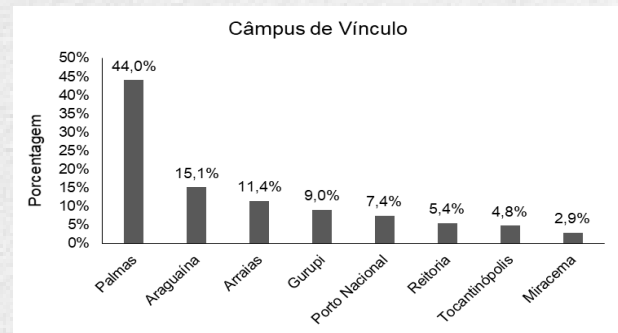
Gráfico 01 – Faixa etária dos respondentes.



Fonte: Elaboração dos autores.

Outro dado solicitado no questionário para traçar o perfil dos participantes, trata-se do Campus de vínculo do respondente. O gráfico 02 mostra que quase metade (49,4%) dos membros da comunidade universitária que contribuíram com esta pesquisa estão vinculados com a UFT na capital do estado (Câmpus de Palmas ou Reitoria). Mais um dado que chama a atenção é a maior participação da Reitoria diante dos Câmpus de Tocantinópolis e Miracema, visto que trata-se da sede do poder administrativo da instituição e não possui alunos vinculados. A não utilização do e-mail institucional por parte dos discentes pode ter contribuído com estes números.

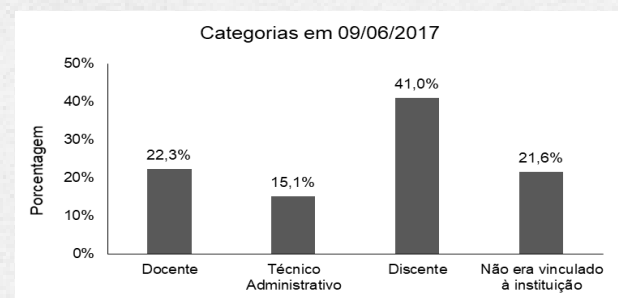
Gráfico 02 – Câmpus de vínculo dos respondentes.



Fonte: Elaboração dos autores.

O último indicador questionado com o intuito de traçar o perfil dos respondentes trata-se da categoria que eles pertenciam na última pesquisa eleitoral para Reitoria da UFT, ocorrida em 09/06/2017. A opção: “Não era vinculado à instituição” serviu também como base para identificar o que pensam sobre este assunto os recém-chegados membros da comunidade universitária, na sua grande maioria, discentes:

Gráfico 03 – Categoria que o respondente pertencia em 09/06/2017.



Fonte: Elaboração dos autores.

5.2 Interesse

A segunda dimensão tratada visou observar o interesse pela Política Nacional e a Política praticada na UFT. Este ponto se fez necessário para investigar se estes indicadores influenciaram na baixa participação do último pleito.

Os resultados obtidos referentes ao interesse pela Política Nacional demonstraram que mais de 95% da comunidade universitária possui algum tipo de interesse em Política no país (41,2% muito interesse; 42,8% médio interesse; 12,8% pouco interesse; 3,1% nenhum interesse) sendo que mais de 40% admite ter muito interesse neste assunto.

Ao investigarmos este interesse por faixa etária, percebemos que os dois grupos de idade mais elevadas (Acima de 55 anos: 60,6%; Entre 46 e 55 anos: 49,4%) são que detém a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política nacional. Em contrapartida, são os mais jovens que não demonstram muito interesse neste assunto (Entre 16 e 25 anos: 29,9%).

Na análise por Câmpus, Porto Nacional (55,2%), Araguaína (51,1%) e Tocantinópolis (50%) foram as unidades da instituição que demonstraram a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política nacional. Em contrapartida, Gurupi, o único Câmpus da UFT que não possui qualquer curso de graduação presencial na área de Ciências Humanas, foi onde seus respondentes menor assinalaram muito interesse neste assunto (32,1%). A Reitoria foi onde se obteve a

maior porcentagem na opção nenhum interesse na política do país (6,3%).

Na análise por categoria, os docentes demonstraram a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política nacional (52,5%). Os discentes que participaram do último pleito para Reitor da UFT foram os que menos demonstraram ter muito interesse neste assunto (33,6%). Em contrapartida, muitas pessoas recém-vinculadas à UFT, ou seja, que não participaram do último pleito, a maioria também discentes (visto que poucos concursos e com número reduzidos de vagas ocorreu entre a data do último pleito e a aplicação destes questionários), manifestaram a segunda maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política nacional (45,7%). O aumento de pessoas na Universidade com esta intensidade de interesse pode contribuir para um incremento do debate das questões políticas na instituição. Já os técnicos administrativos foram os que mais assinalaram nenhum tipo de interesse em política no país (5,6%).

Com relação à Política na UFT, os dados gerais (34,7% muito interesse; 42,2% médio interesse; 18,8% pouco interesse; 4,3% nenhum interesse) demonstram que os membros da comunidade universitária possuem menor interesse neste assunto se comparado com o interesse pela Política Nacional. Enquanto a soma das opções “pouco” e “nada” em Política Nacional totalizou 15,9%, esta mesma soma no indicador Política na UFT resultou em um total de 23,1%.

Ao investigarmos este interesse por faixa etária, percebemos que quanto

maior a faixa etária, maior a porcentagem quando se trata de muito interesse em política na UFT. Em contrapartida, são as duas faixas etárias mais jovens que mais demonstraram nenhum tipo de interesse em política na instituição, assim como ocorre no interesse na Política nacional.

Na análise por Câmpus, Tocantinópolis (55,4%) e Arraias (50%) foram as unidades da instituição que demonstraram a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política na UFT. Em contrapartida, os Câmpus de Palmas (25,9%) e Reitoria (32,8%) foram onde seus respondentes não demonstraram muito interesse neste assunto. A Reitoria (6,3%), Câmpus de Palmas (5,8%) e de Porto Nacional (5,7%) foram onde mais foi assinalado nenhum tipo de interesse em política na instituição.

Logo, não foi por acaso que nas duas últimas consultas eleitorais para Reitoria ocorridas em 2016 e 2017, os Câmpus de Porto Nacional e Palmas (membros da Reitoria votam no Câmpus de Palmas) tiveram o menor percentual de participação.

Na análise por categoria, os docentes também demonstraram a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política na UFT (47,5%). Os técnicos administrativos foram os que menos demonstraram ter muito interesse neste assunto (25,8%), seguidos pelos discentes (29,5%). Mais uma vez muitas pessoas recém-vinculadas à UFT, manifestaram a segunda maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política na instituição (37,4%).

Um dado que chama a atenção pela contradição refere-se aos técnicos administrativos. Apesar de ser a categoria de maior porcentagem de participação em todos os pleitos para Reitoria da UFT desde 2008, foi a que mais assinalou nada (6,2%) e pouco interesse (24,7%) em política na instituição.

Os dois indicadores, Interesse na Política Nacional e Interesse na Política na UFT, demonstraram que possuem uma importância digna de atenção para mais de 75% dos respondentes em ambos, a partir do momento em que foram assinaladas as opções “muito” e “médio”. Então este fator não pode ser considerado como um dos principais fatores para baixa adesão ao pleito de 2017. No próximo subitem veremos os principais motivos para baixa participação.

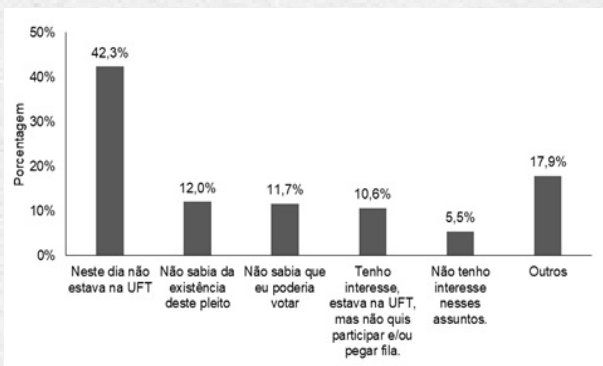
5.3 Participação

Como citado na introdução deste trabalho, no último pleito realizado no dia 09 de junho de 2017, houve a participação de apenas 19,24% da comunidade universitária. Dos 841 técnicos administrativos, apenas 567 compareceram às urnas, representando um universo de 67,42% da categoria. Do quadro docente, entre 1050 professores efetivos, a porcentagem de votos contabilizados foi ainda menor, comparecendo às urnas 606 votantes, ou seja, 57,71%. E quanto a participação do corpo discente nesse processo eleitoral, dos 18.642 discentes de graduação e pós-graduação matriculados e aptos a votar, apenas 2.778 compareceram às urnas, representando um universo de 14,9% dos

estudantes. Entre os participantes desta pesquisa houve a seguinte porcentagem quanto a participação neste supracitado pleito: 44,5% informaram que participaram do pleito de 2017; 23,3% que não participaram; 17,5% que não eram vinculados à instituição; e 14,7% não lembram.

Apesar desta pesquisa ter sido realizada apenas a cerca de 1 ano e 2 meses após a consulta eleitoral, destaca-se o fato de 173 respondentes não lembrarem se participaram ou não deste pleito. Ao focarmos nos 274 respondentes que confirmaram não terem votado para Reitor no dia 09/06/2017, são apresentados abaixo os principais motivos:

Gráfico 04 – Motivos da não participação no último pleito.



Fonte: Elaboração dos autores.

O fato do pleito ter sido realizado numa sexta-feira contribuiu com o alto número de pessoas que não estava na UFT no dia. Professores que suspenderam a aula neste dia para que os alunos pudessem participar desta consulta, contribuíram com estes números, afinal, dificilmente um discente que possui gastos com locomoção, sairia de casa apenas para

votar em uma urna eletrônica, depois de ainda ter que pegar uma fila.

O pouco tempo de período de campanha resultou numa baixa mobilização com os membros da comunidade universitária. A própria mobilização já foi fragilizada pelo rompimento de duas entidades representativas (SEDSUFT e DCE) da comissão que organizou a consulta eleitoral de 2017. Isso contribuiu para que muitas pessoas, mesmo que vinculadas à instituição, não soubessem da existência deste pleito. Chama a atenção também a porcentagem de pessoas que estavam na UFT, mas não quiseram pegar uma fila pra votar.

Após responderem se votaram ou não no último pleito, e em caso da resposta ter sido negativa, informarem o motivo, foi questionado ao respondente se ele participaria caso a consulta tivesse sido online, ou seja, acessada de qualquer lugar por meio de um dispositivo conectado à rede.

Gráfico 05 – Participação no último pleito caso fosse por meio de sistema de votação online



Fonte: Elaboração dos autores.

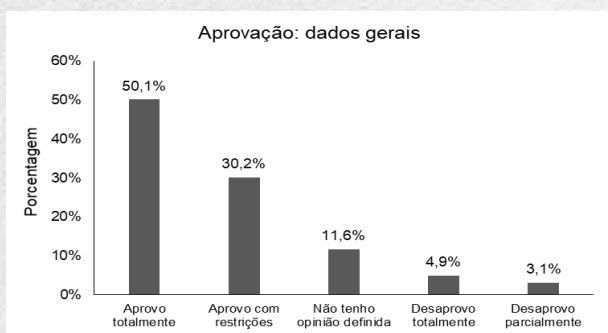
De acordo com os dados obtidos, a

conveniência que um sistema de votação online, por meio de um simples acesso em seus próprios celulares conectados à rede em qualquer lugar do planeta, contribuiria significativamente com o aumento da participação destes membros: os que não quiseram ou puderam ir para a UFT pelos seus variados motivos, ou aqueles que estavam no ambiente institucional mas não quiseram pegar fila ou ter que se locomoverem à sessão eleitoral. A contribuição seria ainda maior atrelado ao fato de um maior tempo de campanha e mobilização.

5.4 Aprovação e confiança

Com o uso do questionário, também foi interrogado à amostra selecionada se participariam e confiariam no resultado de uma eleição realizada pela internet. Os dados abaixo mostram que mais de 80% da comunidade universitária aprovaria a implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT. Houve resistência a este modelo por apenas 8% dos respondentes. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 06 – Dados gerais sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



Fonte: Elaboração dos autores.

Na análise da aprovação por faixa etária, os entusiastas com as maiores taxas de aprovação total estão entre os mais jovens (entre 15 e 26 anos: 53,7%) e os mais velhos (mais de 55 anos: 57,6%). Os mais jovens também estão entre os que menos desaprovam totalmente esta mudança de paradigma no ato de votar na instituição (entre 15 e 26 anos: 1,7%). No final do século XX, Trapscott (1999) já pontuava que é na internet que muitos jovens controlam grande parte de seu mundo. Atualmente este uso está um pouco mais democrático no que concerne a questão da faixa etária, mas é inegável que este crescimento potencial da internet em nosso cotidiano se deu principalmente por meio de movimentos de jovens.

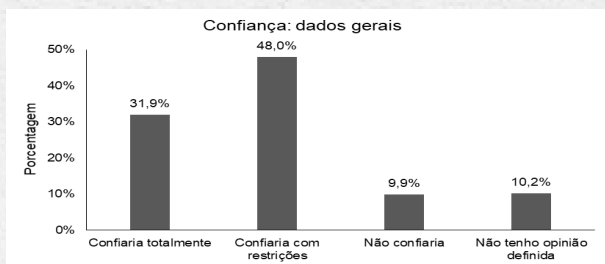
Na análise por Câmpus, Palmas (53,9%), Gurupi (53,8%), Tocantinópolis (53,6%) e Arraias (53%) foram as unidades da instituição que demonstraram a maior porcentagem quando se trata de aprovação total de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT. Em contrapartida, a Reitoria foi onde seus respondentes mais demonstraram desaprovação total e parcial da implantação deste modelo de voto (15,6%). O percentual de desaprovação total da Reitoria foi maior que o dobro da desaprovação total de seis Câmpus da UFT.

Na análise por categoria, foram os discentes – categoria com menor participação no último pleito – que demonstraram maior aprovação na implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da Universidade (52,1%). Em contrapartida, as categorias que mais participam,

docentes (7,6%) e técnicos administrativos (7,3%), são as que mais desaprovam totalmente esta mudança da forma de voto institucional.

Quanto ao indicador Confiança, os dados gerais coletados mostram que quase 80% dos participantes da pesquisa confiaria no resultado de uma consulta eleitoral numa plataforma virtual, e pouco menos de 10% não confiaria. Números parecidos com os obtidos pelo indicador Aprovação.

Gráfico 07 – Dados gerais sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



Fonte: Elaboração dos autores.

Na análise por faixa etária, o grupo de idade com maior porcentagem em confiança total no resultado é formado pelas pessoas com mais de 55 anos (54,5%), e quanto mais jovem, maior é o percentual de confiança com restrições. A faixa etária entre 36 e 45 anos é a que menos confiaria (12%).

Na análise de confiança por Câmpus, destaque para o maior percentual de confiança com restrições para o Câmpus de Araguaína (54,5%), e menor porcentagem de confiança para a Reitoria (23,4%). Mais uma vez o percentual de não con-

fiança – portanto, desaprovação da implantação deste modelo de voto – pelos respondentes da Reitoria foi maior que o dobro da falta de confiança de seis Câmpus da UFT.

Na análise de confiança por categoria, foi obtido percentuais bem parecidos em cada uma das opções de resposta, com o destaque mais uma vez da maior porcentagem na opção “Confiaria com restrições”.

Com todos esses dados obtidos nesta pesquisa por meio do questionário fechado padronizado, e após analisados, podemos enfim chegar às considerações finais desta comunicação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade é uma instituição voltada para o ensino, pesquisa e extensão, ou seja, produzir conhecimento, gerar pensamento crítico, organizar e articular os saberes, formar profissionais e cidadãos, e isso tudo em interação com a comunidade na qual está inserida.

Num período marcado pelas mudanças promovidas pelos avanços no meio técnico-científico-informacional, a Universidade atual também pode ser pensada como um local com potencial privilegiado para o debate, busca da inovação, uso da criatividade e construção de mecanismos em favor da democracia.

A pouca adesão de uma grande parcela da comunidade universitária em participar da decisão dos rumos da universidade não referenda uma gestão de-

mocrática plena. Portanto, novas formas de estímulo tornam-se fundamentais para atingir a legitimidade da universidade em sua gestão.

Este trabalho demonstrou que a construção de um sistema online de votação se faz necessária e deve se tornar uma das prioridades na lista de projetos desenvolvidos pela UFT. A pesquisa de opinião demonstrou que a comunidade universitária, de forma massiva, aprovaria a implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da Universidade, participaria de pleitos e confiaria no resultado de uma eleição realizada pela internet.

Por fim, a pesquisa chegou à conclusão que um sistema de votação online seria capaz de favorecer maior participação da comunidade acadêmica na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor. Entretanto, seria ingênuo argumentar que apenas a implantação de um sistema online poderá proporcionar um grande aumento da participação dos membros da comunidade universitária. No bojo criativo de novas experiências para novos problemas, se faz mister uma correlação desta ação com um incremento de inclusão, compartilhamento, transparência e participação aplicada à cultura política local.

Muitos outros fatores de mobilização, diálogo e representatividade estão envolvidos neste processo. Equívocos do passado poderão ser consertados no futuro, e novas políticas públicas com referencial em planejamento estimulam a democracia e a gestão institucional.

REFERÊNCIAS

ADIDA, B. Helios: Web-based Open-Audit Voting. In: USENIX security symposium. 2008. p. 335-348.

ARAÚJO, C. E. P. de. O Voto e a Internet. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/142/47.pdf?sequence=4>> Acesso em: 02 de fev. 2018.

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 8ª ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Por dentro da urna. 2. ed., rev. e atual. Brasília: TSE, 2010. 24 p. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/57_porDentroDaUrna1.2.pdf>. Acesso em 05 de fev. 2018.

BRAUN, N.; BRÄNDLI, D. Swiss e-voting pilot projects: Evaluation, situation analysis and how to proceed. In: KRIMMER, R. Electronic voting 2006. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006. p. 27-36.

CABRAL, P. D. Framework para sistemas de votação digital. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação. Florianópolis: UFSC, 2014.

CANTO, F. H.; MACHADO, J. L. SAELE: Open Elections System. Open World Forum 2012. Paris, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148299>>. Acesso em 13 de fev. 2018.

CEC 2017-2021. Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Eleitoral Central na

Realização da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017-2021. Palmas: SINTAD, 2017f.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. Metodologia científica. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, S. A. de; MELLO, E. R. de. O uso de um sistema de votação on-line para escolha do conselho universitário. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.sj.ifsc.edu.br/~mello/artigos/chaves-sbseg14.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

CLETO, M. S. A GOVERNAÇÃO DO LOCAL AO CIBER: a Ubuntu ecológica do Sul Global. Revista Observatório, v. 5, n. 1, p. 428-454, 2019.

DIAS, S. P. Proposta de sistema de votação eletrônica auditável para instituições de ensino superior. Projetos e Dissertações em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento, v. 5, n. 2. Belo Horizonte: FUMEC, 2016.

DICTSON, D.; RAY, D. A Moderna Revolução Democrática: uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet. Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, p. 191-234, 2002.

DUSSEL, E. 20 teses de política. Coleção Pensamento Social Latino-Americano. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ESPÍRITO SANTO, P. do. A Hipótese do Voto Electrónico em Portugal: Comportamentos e atitudes políticas. In: MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). Cidadania Digital. Covilhã: LabCom, 2010. p. 17-40.

ESTEVE, J. B. A preliminary question: Is e-voting actually useful for our democratic institutions? What do we need it for? In: KRIMMER, R. Electronic voting 2006. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006. p. 51-60.

FERREIRA, G. B. Espaços discursivos on-line e democracia deliberativa: promessas e limites. In: MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). Cidadania Digital. Covilhã: LabCom, 2010. p. 101-116.

VITAL, A. F. R. Por uma UFT ciberdemocrática: Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor. 2018. 278 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. Fronteiras-estudos midiáticos, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005a.

_____. Internet e participação política em sociedades democráticas. Revista Famecos. v. 12. n. 27. Porto Alegre: PUCRS, p. 58-78, 2005b.

KRIMMER, R. Electronic voting 2006. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006.

LEMOS, A.; LÉVY, P. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. Ciberdemocracia. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MADISE, Ü.; MARTENS, T. E-voting in Estonia 2005. The first practice of coun-

try-wide binding Internet voting in the world. In: KRIMMER, R. Electronic voting 2006. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006. p. 15-26.

MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A. Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o VotenaWeb. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública–Wapor. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.wapor-bh.ufmg.br/papers/Ricardo_Fabrino_Mendonca.pdf>. Acesso em 19 de jun. 2017.

MONNOYER-SMITH, L. How e-voting technology challenges traditional concepts of citizenship: an analysis of French voting rituals. In: KRIMMER, R. Electronic voting 2006. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006. p. 61-68.

MONTEIRO, A. et al. Sistemas eletrônicos de votação. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10455/2950>>. Acesso em 06 de fev. 2018.

MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). Cidadania digital. Covilhã: LabCom, 2010.

NEVES, B. B. Cidadania Digital? Das cidades digitais a Barack Obama. Uma abordagem crítica. In: MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). Cidadania Digital. Covilhã: LabCom, 2010. p. 143-188.

QADAH, G. Z.; TAHA, R. Electronic voting systems: Requirements, design, and implementation. Computer Standards & Interfaces, v. 29, n. 3, p. 376-386, 2007.

SANTOS, J.; LINS, C.; MADRUGA, M. SI-GEleição – Um novo Jeito Seguro de Votar. Natal: Superintendência de Informáti-

ca – UFRN, 2017. Disponível em: <<http://www.xiwticifes.ufba.br/modulos/submissao/Upload-353/86005.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

TRAPSCOTT, D. Geração Digital: A crescente e irreversível ascensão da geração net. Tradução: Ruth Gabriela Bohr. São Paulo: Makron Books, 1999.

WU, C.-K.; SANKARANARAYANA, R. Internet voting: concerns and solutions. First International Symposium on Cyber Worlds. IEEE, 2002. p. 261-266.